

A ABA E AS PESQUISAS SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Presidente da ABA - gestão 2006/2008)
Miriam Pillar Grossi (Presidente da ABA - gestão 2004/2006)

É com muita satisfação que apresentamos este livro, fruto do fértil colóquio sobre Patrimônio, realizado com o apoio da Fundação Ford, da Secretaria de Museus do Ministério da Cultura e da Embaixada da França. O encontro, organizado por Manuel Ferreira Lima Filho e por Regina Abreu, foi uma das atividades organizadas pelo GT *Patrimônio* da ABA na gestão 2004/2006 e reuniu significativo grupo de especialistas brasileiros e estrangeiros na cidade de Goiás, de 15 a 16 de julho de 2006.

Neste colóquio, foram apresentados os resultados dos trabalhos expostos nos cinco grupos de trabalho reunidos sob este tema durante a 25^a Reunião Brasileira de Antropologia, bem como foram discutidos temas candentes, como o papel dos antropólogos nos museus e os dilemas éticos, políticos e técnicos do resgate da arte dos povos tradicionais. Além de aprofundar coletivamente questões relativas às novas práticas profissionais dos antropólogos no Brasil, o colóquio permitiu também a elaboração de um programa de ações do GT *Patrimônio*, consolidando a proposta deste GT na ABA, o qual foi criado por demanda de vários sócios no final da 24^a RBA em Recife.

A principal discussão do livro se dá em torno do tema do *Patrimônio Intangível*, tema que tem sido central para as políticas públicas de patrimônio, tanto em nível internacional, como estabeleceram as últimas reuniões da UNESCO sobre o tema, quanto em nível nacional, por ter-se tornado uma das prioridades do Ministério de Cultura nos últimos anos. Sobre estas reflexões, o livro traz

contribuições de Gilberto Velho, Reginaldo Gonçalves, Regina Abreu, Tito Bartolomeu Medeiros, Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert. Gilberto Velho, por sua vez, conta sua experiência enquanto conselheiro do IPHAN no tombamento do primeiro terreiro de candomblé no Brasil, apontando para o papel do antropólogo em momentos decisivos da política patrimonial. Os outros autores fazem reflexões mais gerais sobre o tema, apontando para sua amplitude conceitual e para a aplicação dos saberes antropológicos na implementação das políticas públicas sobre este tema.

O reconhecimento e a divulgação do *patrimônio intangível de populações tradicionais* é um dos temas recorrentes no livro e está presente de forma mais central no texto de Priscila Faulhaber, que relata sua experiência de transformação de saberes indígenas em *CD room*.

Outras questões também têm destaque no livro, como a temática da presença dos antropólogos nos museus, que é abordada nos trabalhos de Alexandre Fernandes Corrêa e de Mario Chagas, respectivamente sobre o Museu de Magia Negra e sobre o Museu do Índio, ambos no Rio de Janeiro, ou o tema da migração, presente nos trabalhos de Arlete Assumpção Monteiro, que analisa as tradições urbanas em processo migratório dos índios Pankararu de Pernambuco, e de Marilda Checcucci Gonçalves da Silva, que estuda a questão patrimonial referente à alimentação de imigrantes europeus no Vale do Itajaí, em Santa Catarina.

Os relatos das atividades dos grupos de trabalho da 25ª RBA são também um registro importante para conhecermos o desenvolvimento desta temática na Antropologia brasileira contemporânea. Jane Beltrão e Carlos Caroso relatam as atividades do grupo *Patrimônio e Memória*, tema também central no GT coordenado por Julie Cavignac e Andréa Ciacchi.

Flavio Leonel da Silveira e Márcia Bezerra relatam as atividades do grupo de *Educação Patrimonial*, tema que aproxima este grupo com o de Alcía Gonzales Castells e Mónica Rotman sobre *Patrimônio e Identidades*.

Finalmente, o livro chama a atenção para pelo menos três aspectos importantes da temática do patrimônio, particularmente realçados quando abordados sob a perspectiva antropológica: (1) a

articulação cada vez mais forte entre as noções de bens (inclusive os imateriais), direitos e identidades nas discussões sobre patrimônio e sua relevância para o exercício da cidadania na contemporaneidade; (2) a necessidade do diálogo com outras disciplinas na definição do patrimônio e na elucidação de seus significados, cujo caráter dinâmico não permite abordagens estáticas nem classificações definitivas, dada a pluralidade de visões e de experiências do público-alvo das políticas públicas nesta área; (3) o potencial de interação dos museus com os cidadãos de uma maneira geral – seja por meio de sua identificação com o material exposto, seja pela possibilidade de contrastar sua visão de mundo e sua identidade social com as de outros povos. Os três aspectos têm como pano de fundo o significado da dimensão simbólica da vida social e a importância de atentar para o ponto de vista nativo – marca registrada da Antropologia – na compreensão do patrimônio.